



Cultura, educação e identidade na sociedade multicultural

Culture, education and identity in multicultural society

Eduardo Jorge Duque

Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais
eduardoduque@braga.ucp.pt

Resumo:

As sociedades contemporâneas ditas desenvolvidas, aonde se inscreve Portugal, estão a passar por um processo de grande aceleração, em parte devido ao fenómeno da globalização, com a sua aposta no progresso, que veio abrir o mundo a uma infinidade de possibilidades e interpretações. A identidade social não é alheia a estes fenómenos. Ela situa-se no tempo e no espaço. Absorve todas as transformações e reveste-se dos tons do tempo em que se posiciona, assumindo os novos conceitos, práticas, subjetividades, padrões, linguagens, significados, etc.

No texto que aqui se apresenta, procura-se desvendar a identidade portuguesa contemporânea, situando-a na Europa, com quem partilha princípios e valores comuns. Para isso, recorreu-se aos dados da última edição do *European Values Survey*, nomeadamente aos dados de 2008 para Portugal, a partir dos quais foi possível indagar sobre a forma como os portugueses se posicionam em relação às diferenças raciais e étnicas presentes em Portugal. De um modo mais específico, tentámos compreender se os portugueses estão sensibilizados para a diversidade cultural e se, de alguma forma, esta interfere nos padrões identitários que definem o povo português.

A análise dos dados permitiu realizar duas leituras plausíveis: se por um lado, percebemos que uma parte significativa dos portugueses não se mostra incomodada com a presença de outros povos e culturas no seu país, considerando até que estes devem usufruir de igualdade de oportunidades, terem a possibilidade de se nacionalizarem e de se integrarem social e profissionalmente; por outro lado, os portugueses depositam também nos imigrantes a razão de ser de alguns dos problemas com que a sociedade portuguesa se tem confrontado, mais propriamente, o aumento da criminalidade, a falta de alguns postos de trabalho e a sobrecarga da Segurança Social.

Palavras-chave: cultura, educação, identidade, multiculturalismo, globalização.

Abstract:

The contemporary societies so-called developed, where Portugal fits, are undergoing a process of rapid acceleration, partly due globalization phenomenon, with its focus on progress, that has opened the world to an infinity of possibility and interpretations. The social identity is not unrevealed to these phenomena. It is located in time and space. Absolve all transformations and takes up the tones of the time that stands, assuming the new concepts, practices, subjectivities, standards, languages, meanings, etc.



The text presented here, we seek unravel the contemporary portuguese identity, situating it in Europe, which share common principles and values. For this, we used data from the last edition of the European Values Survey, namely data the 2008 for Portugal, from which was possible to inquire about how the portuguese position themselves in relation to racial and ethnics differences present in Portugal. Specifically we tried to understand if the portuguese are aware of cultural diversity and somehow this interfere in the selfhood that define the Portuguese people.

The data analysis allowed to hold two plausible readings: if on hand we realize that a significant part of the portuguese not showing bothered with the presence of other people and culture in the country, considering until they should enjoy equal opportunities, have the possibility to nationalize and to integrate social and professionally, on other hand the portuguese deposited also in the immigrants the reason for some of the problems which the portuguese society has been confronted, more specifically, increased crime, lack of same jobs and the burden of social security.

Keyword: culture, education, identity, multiculturalism, globalization

Introdução

As narrativas contemporâneas típicas da sociedade da informação conferem uma identidade dinâmica à contemporaneidade, que é marcada pela interação de vários fatores que configuram de um modo único a identidade portuguesa contemporânea.

A identidade portuguesa não pode escapar à inferência lógica que envolve a identidade europeia, em que o seu modo de estar, de ser e de viver se confunde, em última análise, com a forma de estar, de ser e de viver de um europeu. Portanto, este fator bidirecional torna-se um fator igualmente essencial na compreensão da nossa identidade, como que ao desvelar o que significa ser português, se estivesse a atribuir significado ao que é ser europeu. Seria, assim, importante, para compreender a identidade portuguesa contemporânea, entender o que significa ser europeu. E a pergunta que de imediato se nos ocorre é: existe uma identidade europeia? Partindo do princípio de que a Europa não é um continente puramente determinado por conceitos geográficos, mas antes uma construção cultural e histórica, poder-se-ia perguntar pelas características peculiares que fundaram essa construção e que determinaram um modo particular de pensar e de viver.

Sem se querer adentrar pela análise da identidade europeia¹, não é esse, pois, o objetivo deste estudo, julgamos importante evocar como que os pilares da sua fundação para assim melhor se entender a nossa identidade. Antes de mais, a Europa é uma ordem de valores, uma civilização, em torno essencialmente da cultura grega e romana, que deu origem à construção de um edifício político, económico, social e cultural comum. Trata-se, sobretudo, de um património de valores culturais e de pensamento político, alcançados através de histórias comuns de vitórias, de trabalho, de lágrimas e de fracassos.

¹ A este propósito, pode ler-se Ribeiro, Rita (2011: 37-47) e, da mesma autora, *A Europa na Identidade Nacional* (2011).



Esta construção comum valoriza a liberdade e a dignidade humana, o valor absoluto da pessoa e os direitos humanos como valores que precedem qualquer jurisdição estatal; o casamento monógamo como base fundamental da relação entre homem e mulher; a família como estrutura essencial de uma comunidade; a fraternidade ou solidariedade como princípios fundamentais da convivência do ser humano; o respeito pela diferença e a igualdade de oportunidades, etc. A Europa não seria Europa se a estrutura fundamental do seu edifício social se desmoronasse. Note-se, todavia, a este respeito, o quanto este “edifício europeu”, que se construiu ao longo da história, foi abalado, particularmente pela incapacidade de se lidar com a questão dos refugiados, que feriu gravemente a afirmação dos valores da liberdade, da segurança individual, da diversidade, da equidade, da cidadania e da solidariedade, os quais se traduzem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (saídos da Revolução Francesa de 1789) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (proclamados pela Assembleia Geral da ONU em 1948).

Portanto, a identidade portuguesa é um comprometimento entre a existência com as nossas singularidades e a natural convivência com outros povos que têm também a sua própria história. Compreende-se, assim, que a identidade portuguesa, fruto de uma herança abastada multicultural (Martins, 1991), tanto da filosofia e democracia gregas e do direito romano, como das relações coloniais com Brasil, África e Índia, solidifique uma identidade que, embora geneticamente pouco diferenciada, é culturalmente muito rica.

A construção do processo das identidades sociais

A identidade, como processo dinâmico inconcluso, apoia-se no conceito primário antropológico, ou seja, na cultura. Não se pode falar da identidade de um povo sem se atender à forma como os seus indivíduos interagem culturalmente. Na expressão de Berger e Luckmann (1985), “receber uma identidade é um fenómeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade”, ou seja, a identidade estabelece a ligação entre a pessoa e o seu meio envolvente.

A propósito da construção das identidades sociais, Augusto Santos Silva (1996) invoca quatro derivas: a primeira é o essencialismo, que visa a interpretação legendária dos processos sociais; a segunda é a visão estática, que, tal como a expressão refere, considera imutáveis os traços fundamentais das diversas identidades; a terceira é o primordialismo, que pressupõe que em determinado momento histórico de uma comunidade, surgiram os seus traços identitários e, a partir de então, permaneceram como que estáveis, permitindo a interpretação dos diferentes padrões de vida que daí brotaram; a última é o particularismo, que entende as identidades coletivas como processos cerrados. Não obstante estas derivas, este autor, por sua vez, refere que, na contemporaneidade, há suficiência de instrumentos conceituais e estudos empíricos que permitem superar visões identitárias equívocas. De facto, não seria possível, nos tempos de hoje, falar da identidade portuguesa a partir de uma qualquer definição fechada, circunscrita a uma só dimensão. Se assim fosse, estaríamos a enviesar o nosso olhar, já que a cultura tornou-se mais aberta e comunicada e, como seria de esperar, com esta abertura há também, como veremos, muitas vantagens e desvantagens.



É inegável que o fenómeno da globalização veio abrir, ou mesmo confundir, todo este processo. Stuart Hall (1992), a propósito das identidades nacionais, mostra como a globalização está a forçar a um reposicionamento das identidades culturais. A mesma ideia é partilhada por João Caraça, no prefácio do livro "Sobre paradigmas (mais ou menos) humanos" de Mário Murteira (2004: 12), em que refere que determinadas sociedades contemporâneas desenvolvidas se "apropriam da globalização", na medida em que assumem, como propriedade exclusivamente sua, a herança cultural que têm (que não é mais do que o fruto da construção de muitas outras gerações), recusando-se a partilhá-la com as demais sociedades. Percebe-se, assim, que a globalização veio reposicionar os processos identitários.

A ideia de globalização ganhou terreno ao apresentar-se como um projeto com horizonte, com futuro, em que o que se pretendia era a união e a comunicação dos povos, tendo como objetivo a construção global da paz e, para isso, muito contribuiria, como viu Kant, o comércio:

É o espírito comercial que não pode coexistir com a guerra e que, mais cedo ou mais tarde, se apodera de cada povo. Porque entre todos os poderes (meios) subordinados ao poder do Estado, o poder do dinheiro é sem dúvida o mais fiel, os Estados vêm-se forçados (...) a fomentar a nobre paz (Kant, 2002: 148-149).

Entendido assim, o fenómeno da globalização possibilitou a efetivação de uma das mais antigas aspirações das sociedades de todos os tempos e a própria realização da ideia de uma comunidade em termos universais que, sob a forma de rede, une todos os povos.

Todavia, a globalização, se por um lado forja a vizinhança entre os povos e a consequente intensificação das relações sociais e culturais, por outro lado, tende a atenuar a individualidade das culturas com menor capacidade afirmativa, já que elas são forçadas a conformar-se com os padrões de comportamento das massas. A este propósito refere Giddens (1990: 18):

A globalização expressa o crescente papel da "ação-à-distância" nas relações sociais humanas. Por outras palavras, as nossas vidas são cada vez mais influenciadas por acontecimentos e atividades que ocorrem a grande distância de nós. (...) A globalização pode ser (...) definida como a intensificação das relações sociais à escala mundial, relações essas que ligam localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são moldados por fenómenos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa.

Do impacto **do global no local nasce uma nova identidade, intercultural**, talvez não tão genuína, nem filiada exclusivamente nas tradições, mas uma identidade que sabe incorporar numa mesma dimensão várias culturas, e tudo fica bem, fruto da racionalidade instrumental que pulverizou subjetivamente os diferentes atores sociais (Touraine, 1990).

De facto, nas sociedades tradicionais, as pessoas estavam mais conectadas com a vida real, daí que o seu viver poderia ser mais genuíno e autêntico, enquanto que, nas sociedades modernas, as pessoas assumem os padrões coletivos, seguem os comportamentos e atitudes de massas e, nesse sentido, a vida talvez não seja tão autêntica ou, como refere Touraine, tão genuína. É evidente que por detrás destas dinâmicas contemporâneas em que as culturas se cruzam, encontramos, por um lado, a noção de que tudo fica bem e é possível e, por outro, a imposição de um certo tipo de



pensamento e de lógica cultural, mais voltada para o tecnicismo do que para a humanização, racionalidade esta que está na base da gênese de muitos dos problemas atuais.

Desta forma, a cultura adquire um caráter dinâmico, flexível, passando a ser os contextos, como refere Geertz (2005), o âmbito onde se reorganizam os padrões de conduta.

Dada a inter-relação de vários intervenientes e fatores numa determinada cultura, a globalização favorece, assim, tanto a interculturalidade como a multiculturalidade. Entre os vários estudiosos desta temática, recorreremos a Gasché (2009) para definir a interculturalidade como um conjunto de processos e interações entre diferentes grupos culturais e a Malgenisi e Giménez (2002) para definir a multiculturalidade como a presença de diferentes grupos culturais em determinado contexto sem que haja necessariamente uma interação entre eles.

A evolução de ambos os termos fez com que fossem trabalhados em vários domínios de estudo: desde as teorias da comunicação ao campo da mediação; da multiculturalidade como projeto político à dimensão escolar. Na verdade, todos estes elementos não são alheios à construção da identidade, todavia, no estudo que aqui se está a apresentar, importa evocar a multiculturalidade como resposta à realidade cultural, visivelmente e historicamente diversa na sociedade portuguesa.

Com o impacto da globalização, da abertura das fronteiras, da internacionalização, etc., a sociedade passa a ser uma poderosa rede de fenómenos mais ou menos complexos, imbricados, marcada pela pluralidade, como diz Lyotard (1979: 117), uma "nuvem de interações linguageiras". Há, portanto, uma clara necessidade de se redefinir o social, sendo a educação entendida como o fator que para isso mais contribui.

A educação *inter* e *multicultural* é, neste contexto, o caminho da sustentabilidade, da garantia de futuro. A este propósito, Lopes *et al.* (1989: 251) referem que a melhoria do nível educacional é, a médio prazo, a orientação que mais poderá contrabalançar resistências ao processo de integração, na medida em que permite aos cidadãos uma melhor compreensão dos processos em causa, como lhes alarga o leque de possibilidades de inserção económica. Esta mesma perspetiva é também partilhada por Aguado *et al.* (2005: 3) em que o "respeito e a valorização da diversidade cultural, dirigido a todos e a cada um dos membros da sociedade no seu conjunto, propõe um modelo de intervenção, formal e informal, holístico, integrado, configurador de todas as dimensões do processo educativo em ordem a alcançar a igualdade de oportunidades, a superação do racismo nas suas mais diversas manifestações, a comunicação e as competências interculturais".

Assim entendida, a educação *inter* e *multicultural*, mais do que ensinar a reconhecer a diferença, categorizando indivíduos em grupos sociais, deveria, tal como referem Berger e Luckmann (2003), constituir-se como um elemento central na construção do respeito pela diversidade. Esta posição é também partilhada pela estudiosa de literaturas africanas Ana Mafalda Leite (2007, *apud* Sheila Khan, 2011:62), que vai mais longe ao dizer que Portugal tem simultaneamente "uma grande capacidade de absorção do Outro", mas também "uma grande incapacidade de o olhar como diferente (...) há uma preocupação com o Outro no sentido de lhe perceber a diferença, mas não tanto de lhe reconhecer a diferença". Neste contexto, a educação serviria tanto o propósito de transmitir o respeito pela diferença, bem como o de construir uma identidade baseada na democracia participativa (McCarthy, 1990).



Porém, muitas vezes o discurso da inter multiculturalidade não é mais do que uma pura narrativa sem referências às vivências quotidianas, ou seja, é mais um discurso a que se aspira do que propriamente uma prática vivida e tornada realidade, o que leva Dietz (2009: 58) a reconhecer a "incapacidade manifesta das sociedades maioritárias de enfrentar os novos desafios da heterogeneidade, da crescente complexidade sociocultural e, ao fim de contas, da diversidade como característica das futuras sociedades europeias".

Com as novas reconfigurações identitárias, forçadas ou não pelo fenómeno da globalização, com as suas vantagens e desvantagens, o certo é que o mundo se tem vindo a tornar mais próximo, como que se tratasse de uma plataforma de coabitações múltiplas de grupos e comunidades que, embora diferentes nos seus estilos e oportunidades de vida, decidiram pelo respeito mútuo. Para isso, muito contribuiu a Declaração Universal dos direitos humanos.

É importante mencionar que as sucessivas crises pelas quais temos passado, particularmente em relação aos refugiados ou mesmo em relação ao Brexit, ou às questões ligadas ao terrorismo e à insegurança que a todos ameaça, não podem ser lidas à luz do fracasso, mas entendidas como um momento de aprendizagem, em que os países ganham consciência de que todos, nos tempos que correm, têm que partilhar informação se desejam resolver determinados problemas. Os problemas dos refugiados não afetam um único país, ou uma única realidade, bem pelo contrário, eles afetam toda a Europa e as suas consequências são dramáticas para todo o mundo. O mesmo acontece com os atos terroristas que não se cingem a um único país, a uma única cultura. Os atos de brutal violência acontecem, inadvertidamente, onde menos se conta. Daí que só em conjunto se consegue afrontar determinados poderes, mesmo que a vontade, perante a ameaça, seja a de se fechar individualmente nos seus próprios medos.

A cultura e a identidade de um povo surgem assim da dialética entre o indivíduo e a sociedade (Giddens, 1991) por referência a processos configuradores das relações sociais e a sistemas sociais, como sejam as normas e os valores coletivos, ao que Deschamps (1982) designa por "um universo simbólico comum de valores". Logo, a identidade coletiva não é definitivamente resultado de células insuladas, mas de uma construção participada por todos os indivíduos de uma comunidade, que é naturalmente geradora de manifestações e de significados múltiplos.

Para uma tipologia da identidade

Percebemos que o conceito de cultura implica uma multiplicidade de fatores que interagem entre si e que originam modelos teóricos como os de representações sociais e identidade social, que contempla, por sua vez, a identidade cultural (Cucho, 1999: 125). É sobre este último modelo que nos propomos desenhar uma tipologia das identidades, mas, antes disso, vamos percorrer alguns estudos referentes à construção identitária do povo português, focando essencialmente a realidade e a cultura portuguesa.

Santos Silva (1996, 33-35), no artigo sobre *Identities Sociais*, expõe algumas pistas aonde ancora a identidade social: desde logo, a importância da rede de relações sociais que baliza toda a ação social; as redes de relações sociais como redes fundamentais para estabelecer relações de



comunicação e de poder; a relação entre a história social dos grupos e a formação de identidades que se consolida através de processos adaptativos; finalmente, a relação entre processos de identificação e processos de contextualização, mostrando que as identidades produzem-se e reproduzem-se em circunstâncias específicas.

Boaventura Sousa Santos (1994), por seu lado, concentra a análise da identidade nas “especificidades dos campos de confrontação e de negociação em que as identidades se formam e se dissolvem e na localização dessas especificidades nos movimentos de globalização do capital” (1994: 43). Segundo este autor, as identidades constroem-se entre o *demos* e o *ethnos* e é a cultura quem sustenta esta tensão, daí a auto-conceção da identidade multicultural.

Sousa Santos (1994) analisa a cultura a partir de três dimensões: nenhuma cultura é autocontida, o que leva a que os limites do Estado não tenham correspondência direta com os da cultura; nenhuma cultura é totalmente aberta, já que conta com o que lhe é mais próprio, mais específico e, finalmente, a cultura é uma autocriação e, como tal, incompreensível sem o seu contexto histórico. Transpondo esta análise para o caso português, Sousa Santos (1994: 44) refere que a cultura portuguesa não se esgota na cultura dos portugueses e vice-versa; as aberturas específicas da cultura portuguesa são a Europa, o Brasil e África e que a cultura portuguesa é a de um país semiperiférico no sistema mundial.

António Barreto (2002: 1), a propósito das mudanças ocorridas em Portugal, menciona que, não obstante todas as mudanças por que Portugal tem passado, a identidade cultural portuguesa permanece, já que a “memória faz com que os cidadãos se sintam pertencer ao mesmo país”.

Firmino da Costa (1999), a partir do bairro de Alfama, analisa a identidade articulando três dimensões: padrões culturais, classes sociais e os contextos de interação. Fá-lo a partir de três dimensões analíticas que, embora estejam profundamente interligadas, surgem na obra de forma diferenciadas: cultura, classe e interação. Em texto posterior (2002), o mesmo autor escreve sobre a contradição das identidades culturais na época globalizada. Segundo Costa (2002: 15), nos tempos em que vivemos assiste-se a um paradoxo, já que “à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se”.

Por sua vez, Elísio Estanque (2000), similarmente a Firmino da Costa, trabalha também a identidade sob o prisma das classes, ao analisar as *Práticas de Classe no Operariado de Calçado*. Já em 1989, num texto intitulado *Identidades culturais e práticas sociais na indústria do calçado*, Estanque trabalha as questões da identidade coletiva no espaço organizacional da empresa, em articulação com o modelo de cultura local. Para ele, a análise das relações de poder, embora não esgotem a questão identitária, é crucial, uma vez que permite a identificação dos modelos simbólico-culturais em se movimentam.

Uma outra perspetiva identitária é trabalhada por Almeida (2004), que analisa o processo de mudanças ocorridas em Portugal através do aumento da diversidade cultural, animada pelos fluxos migratórios a partir dos anos 30. “Ao mesmo tempo que Portugal (re)constrói a ideia de um



Portugal cosmopolita (...), alguns grupos continuam a chamar a atenção para as suas experiências de exclusão e a reivindicar mais participação". Em Portugal, segundo este mesmo autor, "apesar do discurso imperialista ter tido lugar em torno da missão civilizadora da *raça nacional*, a ideologia luso tropicalista tornou-se dominante e deu origem a ideias específicas sobre integração e igualdade" (Almeida, 2004).

Chegados aqui, fica a clara ideia de que a identidade de um povo depende de uma multiplicidade de vivências, de experiências, de cruzamentos, que tentaremos categorizar em 4 dimensões.

A primeira dimensão refere-se à emergência de uma *identidade inteligente*, processual, baseada no conhecimento, que não se fundamenta num modelo histórico homogêneo de ser. Esta forma de procurar viver está a dar origem a um novo paradigma humano, baseado no conhecimento (Murteira, 2004). A sociedade do conhecimento, que forja identidades inteligentes, pressupõe uma natureza humilde para reconhecer o desconhecido, porque nós não sabemos como funcionam as coisas.

A segunda dimensão visa uma *identidade insegura*. O que vivemos, vivemos em segunda mão. Alguém sabe, mas nós não sabemos. Esta insegurança provém da proximidade do futuro com que hoje se vive no presente. Antigamente o futuro (que por definição é incerto) era distante, mas hoje aproximou-se do presente, esmagando-o e tornando-o incerto. Daí que vivamos demasiadamente fragmentados, cheios de incerteza mesmo em relação ao momento presente. E o resultado desta identidade é uma vida frutiva, gozadora, que dogmatiza o prazer, mas profundamente insatisfeita.

Tal facto leva G. Lipovetsky (1983) a falar de deserção do social, ao esvaziar de sentido os laços sociais.

A terceira dimensão relaciona-se com *as redes*, pelo que em rede, por um lado, ganhamos proximidade, por outro, ganha-se maior consciência da ignorância. "Relacionado com o sistema de redes, mas sendo um aspeto claramente distinto, o paradigma da tecnologia de informação é baseado na *flexibilidade*. Não apenas os processos são reversíveis, mas as organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização dos seus componentes" (Castells, 2002).

Finalmente, uma *identidade híbrida*, que vai à procura e que recebe sem fazer história. Daí que sejamos imigrantes, peregrinos sem rumo, porque se vive da praxe momentânea, e sem herança (Araújo: 2011: 13). Como refere Amin Maalouf (2009: 246), no *Mundo sem regras*, "só quando acreditarmos nesta aventura comum podemos dar um sentido aos nossos itinerários específicos. Só quando acreditamos na igual dignidade das culturas estamos habilitados a avaliá-las e até a julgá-las, em função, precisamente dos valores que se ligam a este destino comum e que estão acima de todas as nossas civilizações, e todas as nossas tradições, de todas as nossas crenças".

Posto isto, postulamos, neste estudo, duas hipóteses de investigação que podem ser formuladas da seguinte forma:

- Dado que Portugal absorveu elementos de várias culturas, fruto de uma herança multicultural abastada, a identidade portuguesa é aberta à presença de povos de outras culturas, facto que



se manifesta no desejo de igualdade de oportunidades, na aceitação da naturalização dos imigrantes e na sua integração socioprofissional.

- Não obstante a identidade multicultural, os portugueses depositam nos imigrantes muitos dos seus problemas, concretamente, a falta de postos de trabalho, os problemas ligados à Segurança Social e a sua maior exposição à criminalidade.

Metodologia

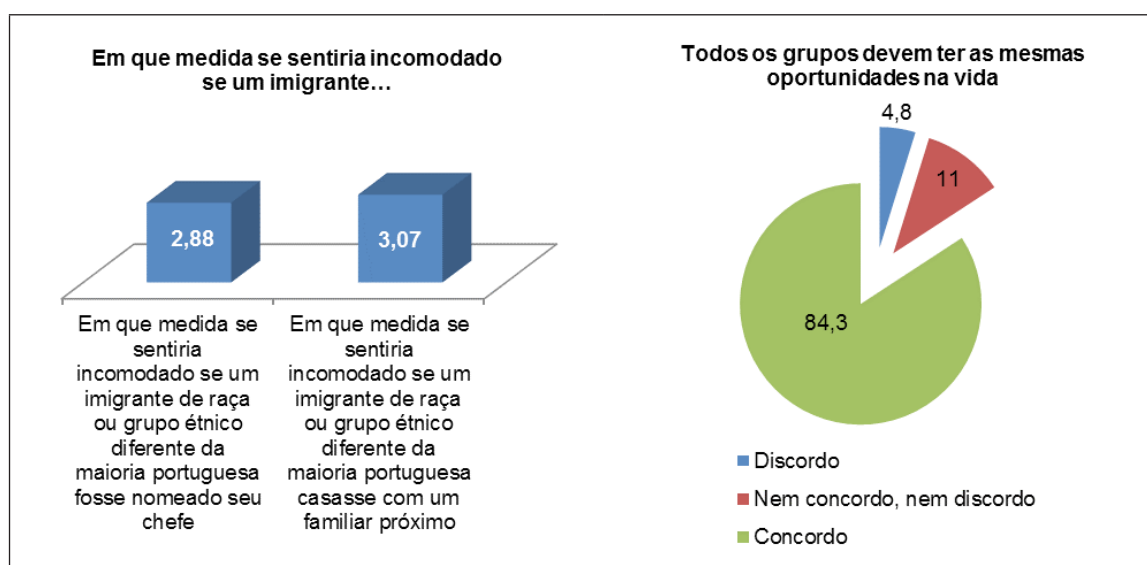
De forma a responder aos objetivos a que nos propusemos, vamos recorrer aos dados portugueses do *European Values Survey*, mais propriamente ao seu último inquérito, aplicado em 2008.

Uma vez que se pretende apresentar algumas ilustrações empíricas de traços definitórios da identidade portuguesa, e dado que o EVS, não nos disponibiliza dados para trabalhar todas as dimensões que o texto nos suscita, vamos recorrer somente às dimensões necessárias capazes de testar as hipóteses que o texto nos proporcionou.

Resultados

Os dados apresentados permitem fazer as seguintes leituras:

Gráfico 1 - Posição dos portugueses perante as diferenças culturais



Fonte: Elaboração própria a partir do EVS, 2008.

Base: Toda a população portuguesa.



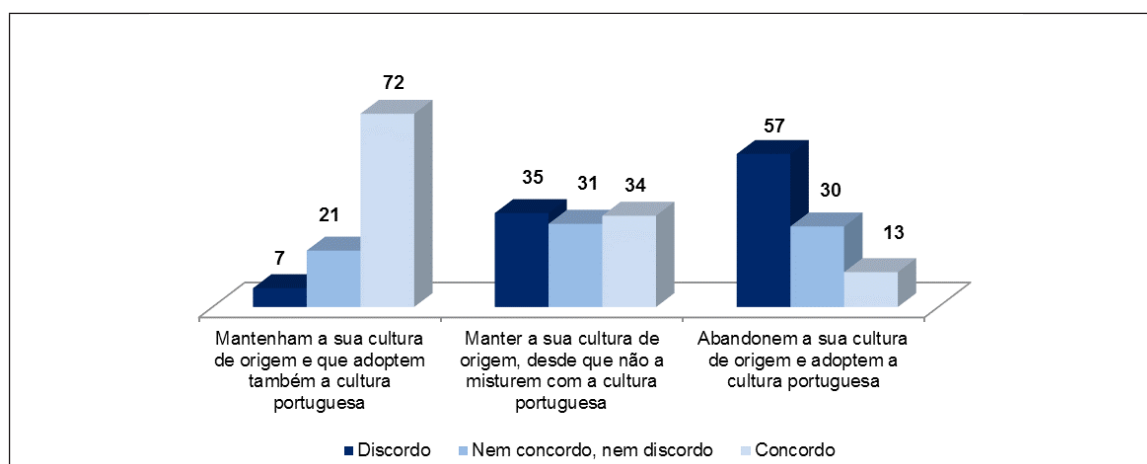
Quando questionados sobre “*Em que medida se sentiria incomodado se um imigrante de raça ou grupo étnico diferente da maioria portuguesa fosse nomeado seu chefe*”, os portugueses demonstram abertura para que essa situação aconteça no seu contexto profissional, uma vez que, numa escala de 1 (nada incomodado) a 10 (muito incomodado), se apresenta uma média de 2,9, que corresponde a um nível relativamente alto de aceitação e de conformidade perante a hipótese da eventualidade de serem chefiados por alguém culturalmente diferente.

Contudo, o nível de aceitação parece diminuir, ainda que mantendo uma média alta de aceitação, quando questionados sobre “*se sentiriam incomodados se um imigrante de raça ou grupo étnico diferente da maioria portuguesa casasse com um familiar próximo*”, apresentando uma média de 3,1. Esta questão permite-nos compreender que o nível de aceitação é menor quando se trata de relações de âmbito familiar e pessoal.

Não obstante estas diferenças, os portugueses mostram estar abertos às diferenças culturais nas suas vivências diárias e as médias evidenciam que há abertura social para a multiculturalidade, quer em ambiente profissional, quer em ambiente mais pessoal e familiar.

Esta posição perante as diferenças culturais é corroborada quando são colocados perante uma situação de possibilidade de igualdade de oportunidades. Na verdade, 8 em cada 10 portugueses são da opinião de que *todos os grupos devem ter as mesmas oportunidades na vida*, revelando assim abertura para que as diferentes culturas que coabitam o mesmo território afirmem, de igual forma, das condições consagradas nos direitos cívicos. São ainda mais, 9 em cada 10, os portugueses que concordam com a opinião de que *aumentar a igualdade é uma coisa boa*, facto que pode evidenciar que os portugueses são um povo favorável a que todos os grupos sociais, independentemente do seu estilo de vida, sejam tratados da mesma forma e com os mesmos direitos.

Gráfico 2 - O que é que os portugueses consideram importante para os imigrantes (%)



Fonte: Elaboração própria a partir do EVS, 2008.

Base: Toda a população portuguesa.



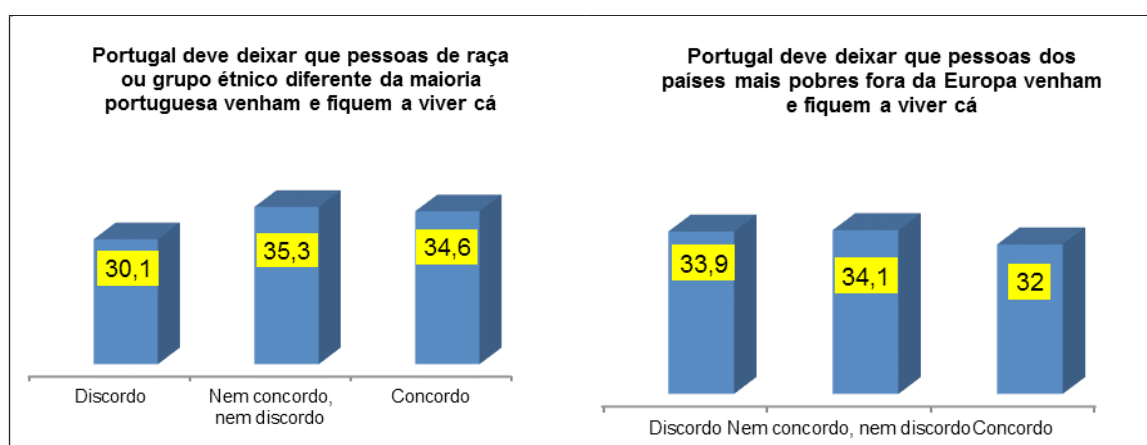
Perante a possibilidade de inserção cultural dos diferentes grupos étnicos e raciais, os portugueses apresentam uma opinião muito heterogénea perante diferentes hipóteses. A hipótese que mais consenso reúne entre os portugueses, com 72%, é a de que os *imigrantes devem manter a sua cultura de origem e adotarem também a cultura portuguesa*. Esta aquiescência deixa transparecer a ideia de que os portugueses são favoráveis à integração da comunidade imigrante, sem que esta perca as suas raízes.

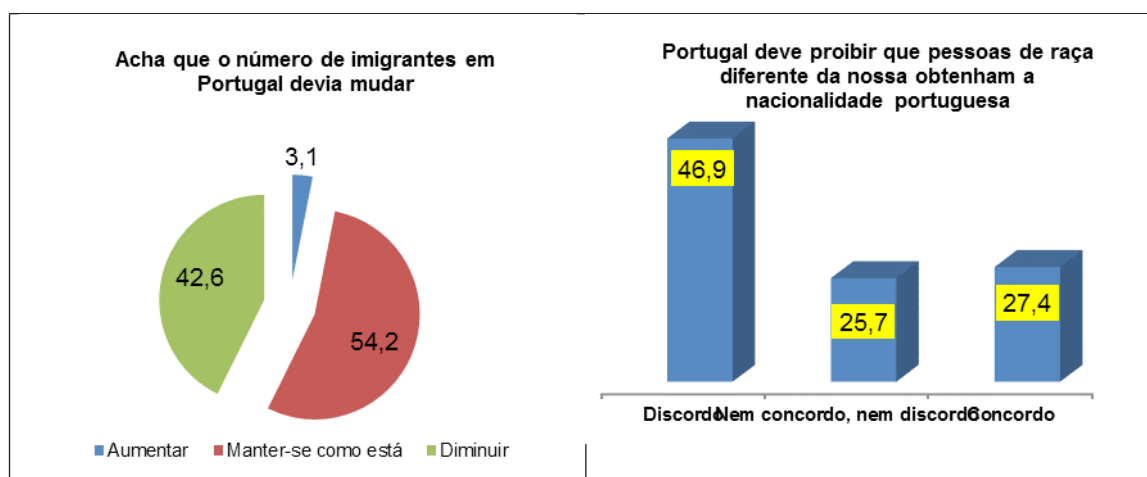
Quando colocados perante outra hipótese de os *imigrantes manterem a sua cultura de origem, desde que não misturem com a cultura portuguesa*, as posições já são mais divididas, na medida em que apenas 34% dos indivíduos concorda com esta hipótese, contra 35% que discorda, os demais 31% não têm uma opinião formada sobre esta questão.

Perante a última hipótese de os *imigrantes abandonarem a sua cultura de origem e adotarem a cultura portuguesa*, a maioria dos portugueses (57%) não concorda com esta forma de reinserção cultural dos imigrantes.

Na verdade, a posição dos portugueses perante estas hipóteses demonstra que há uma clara manifestação de respeito pelas diferenças culturais e pela natural necessidade de convivência com essas realidades, destacam-se, deste modo, os 72% que consideram importante esta posição e que manifestam a necessidade dos diferentes grupos raciais ou étnicos saberem acolher também a cultura portuguesa, como forma mais eficaz para uma integração mais completa.

Gráfico 3 - Em que medida os portugueses concordam ou discordam com as seguintes afirmações (%)





Fonte: Elaboração própria a partir do EVS, 2008.

Base: Toda a população portuguesa.

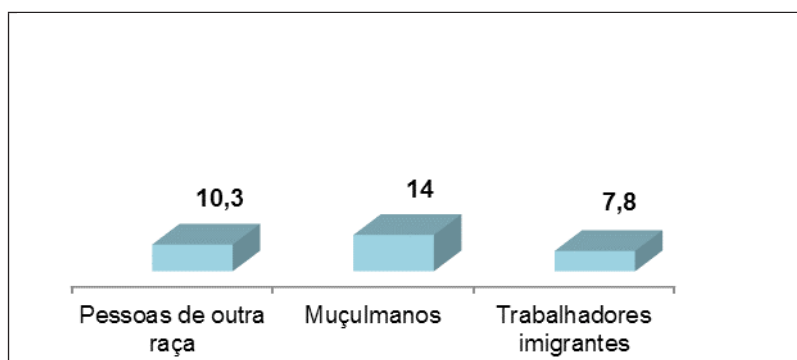
Os portugueses manifestam uma posição muito dividida perante a possibilidade de Portugal aceitar a entrada de pessoas de raça ou grupo étnico diferente, pois apenas 35% concorda que Portugal deve deixar que venham e fiquem a viver em Portugal pessoas de raça ou grupo étnico diferente da maioria portuguesa, contra 30% que não concorda com esta possibilidade. Mesmo que se coloque a possibilidade da entrada de pessoas de países mais pobres fora da Europa, a posição dos portugueses não difere, pois apenas 32% dos indivíduos concorda, sendo mais aqueles que afirmam não concordar, 34%.

A pouca aceitação da entrada de novos indivíduos de diferentes raças ou etnias pode evidenciar que os portugueses consideram que o número de imigrantes em Portugal é suficiente e que esta não traz problemas de aceitação e integração, até porque quando questionados se o número de imigrantes deveria mudar, 54% considera que deve manter-se como está, ainda que uma percentagem significativa de pessoas, 43%, seja da opinião que o número de imigrantes deve diminuir um pouco. Não obstante esta posição, quase metade dos portugueses (47%), considera que não deve ser proibida a possibilidade das pessoas de raça diferente obterem a nacionalidade portuguesa.

Estas posições não são paradoxais, já que, não obstante considerarem suficiente o número de imigrantes a viver em Portugal, são favoráveis a que os que cá vivem tenham acesso a direitos iguais, entre eles, a própria nacionalidade portuguesa.



Gráfico 4 - Grupos que os portugueses não gostariam de ter como vizinhos (%)

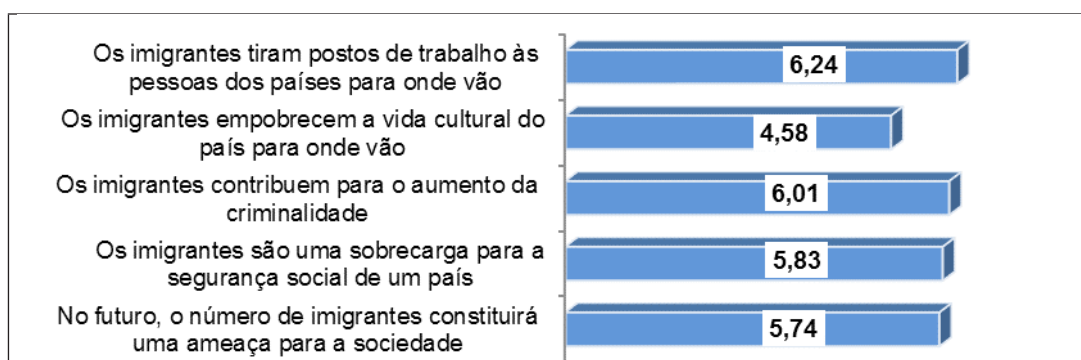


Fonte: Elaboração própria a partir do EVS, 2008.

Base: Toda a população portuguesa.

Apesar de se apresentarem algo reticentes em relação à possibilidade de Portugal aceitar mais imigrantes, os portugueses revelam-se um povo acolhedor das diferentes comunidades: por um lado, porque só uma minoria de pessoas coloca objeção à possibilidade de *terem como vizinhos pessoas de diferentes raças, de religiões diferentes, nomeadamente muçulmanos, ou trabalhadores imigrantes*, na medida em que apenas 1 em cada 10 indivíduos manifesta sentir algum incómodo com a presença de algum destes grupos como seu vizinho; por outro lado, há uma clara preocupação em relação às condições da vida de um imigrante, já que 8 em cada 10 portugueses refere esta preocupação (32% refere que tem muita preocupação e 50% alguma preocupação).

Gráfico 5 - Opinião pessoal dos portugueses em relação às seguintes afirmações



Fonte: Elaboração própria a partir do EVS, 2008.

Base: Toda a população portuguesa.

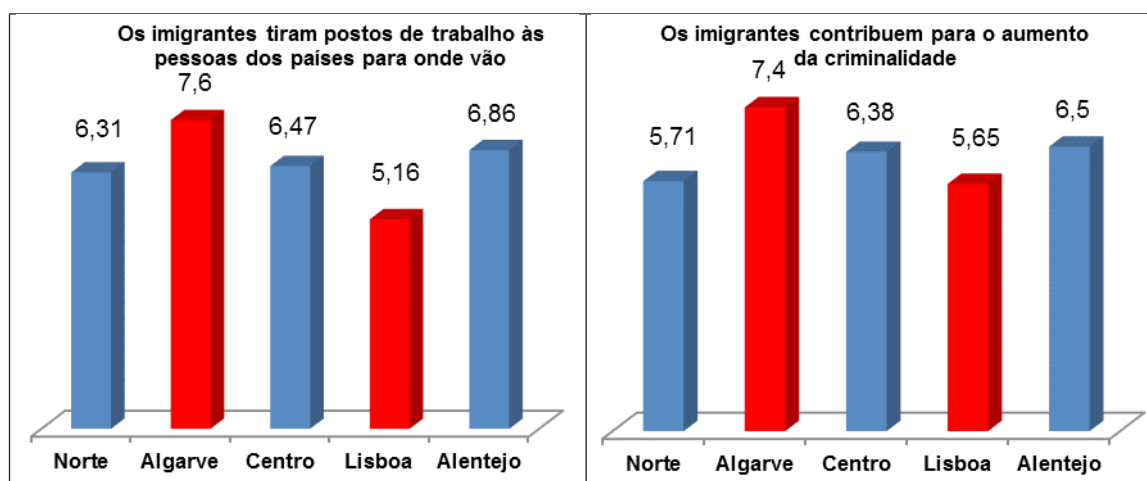
Não obstante esta posição favorável à aceitação de comunidades culturalmente diferentes da sua, os portugueses são mais reticentes no que se refere à opinião sobre comportamentos específicos dos imigrantes em Portugal. Numa escala de 1 (posição que revela discordância com a afirmação) a 10 (concordância), os indivíduos apresentam uma posição pouco acolhedora da comunidade imigrante, na medida em que 6 em cada 10 portugueses é da opinião que os *imigrantes tiram*

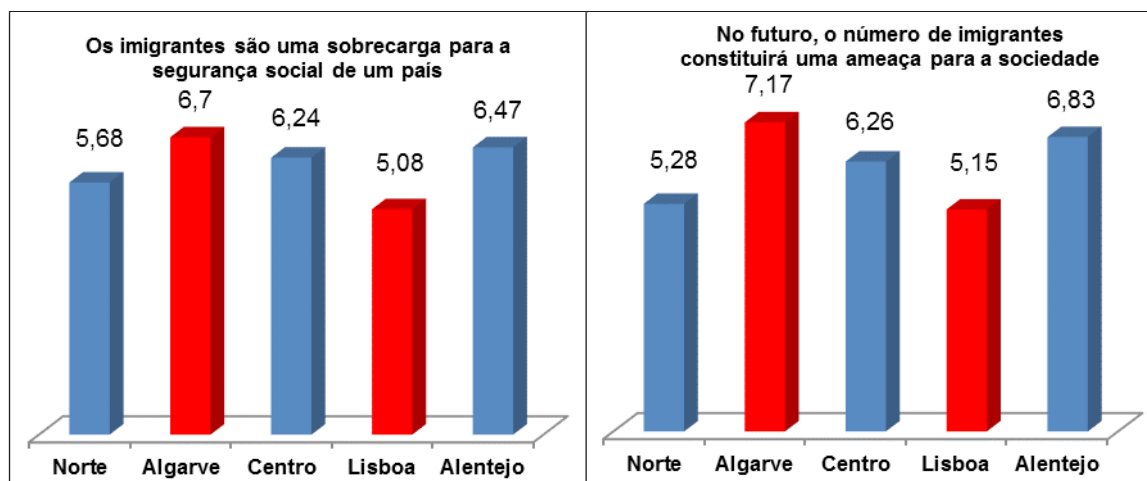


postos de trabalho às pessoas dos países para onde vão (média de 6,24), que contribuem para o aumento da criminalidade (média de 6,01), que são uma sobrecarga para a segurança social de um país (média de 5,83) e que no futuro, o número de imigrantes constituirá uma ameaça para a sociedade (média de 5,74). Posição que manifesta essencialmente uma perspetiva negativa sobre a permanência destas comunidades em Portugal, sobretudo no que toca a questões de estabilidade social, revelando alguma falta de confiança e abertura na aceitação de diferentes culturas, culpabilizando-as pela insegurança que possam sentir. Por outro lado, 5 em cada 10 indivíduos considera que os imigrantes não empobrecem a vida cultural do seu país.

Esta discrepância de posições, à primeira vista, pode revelar que os portugueses não se sentem intimidados pelas diferenças culturais, ou seja, que a presença cultural de diferentes tradições, formas de vida e línguas no mesmo território não suscitam problemas de inter-relação, nem tão pouco de convivência. Contudo, a confiança que neles depositam fica de alguma forma comprometida quando sentem que o seu espaço de segurança física ou social é posta em causa.

Gráfico 6 - Opinião pessoal dos portugueses em relação às seguintes afirmações





Fonte: Elaboração própria a partir do EVS, 2008.

Base: Toda a população portuguesa.

Ao analisarmos estas opiniões tendo em conta a região dos inquiridos portugueses, verifica-se que os habitantes da região do Algarve são os portugueses que apontam aos imigrantes a maior culpa de situações concretas em Portugal, de um modo mais específico, 8 em cada 10 algarvios é da opinião que os *imigrantes tiram postos de trabalho às pessoas dos países para onde vão* (média de 7,6), 7 em cada 10 refere que os *imigrantes contribuem para o aumento da criminalidade* (média de 7,4), que *no futuro, o número de imigrantes constituirá uma ameaça para a sociedade* (média de 7,17) e que *os imigrantes são uma sobrecarga para a segurança social de um país* (média de 6,7). Com uma posição menos discriminatória estão os lisboetas que não depositam na comunidade imigrante a viver em Portugal o peso de alguns dos problemas que podem ser vividos em Portugal, na medida em que 5 em cada 10 lisboetas é da opinião que os *imigrantes não tiram postos de trabalho às pessoas dos países para onde vão* (média de 5,16), que *não são uma sobrecarga para a segurança social de um país* (média de 5,08) e que, *no futuro, o número de imigrantes não constituirá uma ameaça para a sociedade* (média de 5,15).

Estas diferentes posições dos portugueses, ainda que não muito dispares entre si, podem evidenciar o tipo de convivência que tanto os residentes do Algarve, como os de Lisboa têm com as diferentes comunidades imigrantes. Na verdade, sendo estas as duas regiões que acolhem a parte mais significativa de imigrantes em Portugal, são também as que melhor revelam a forma como as diferentes culturas são recebidas e integradas no nosso país.

As demais regiões do país apresentam valores relativamente próximos aos manifestados pelo conjunto da população portuguesa.

Conclusão

A análise dos dados permitiu realizar duas leituras plausíveis: se por um lado percebemos que uma parte significativa dos portugueses não se mostra incomodada com a presença de outros povos e



culturas no seu país, considerando até que estes devem usufruir de igualdade de oportunidades, terem a possibilidade de se nacionalizarem e de se integrarem social e profissionalmente; por outro lado, os portugueses depositam também nos imigrantes a razão de ser de alguns dos problemas com que a sociedade portuguesa se tem confrontado, mais propriamente, o aumento da criminalidade, a falta de alguns postos de trabalho e a sobrecarga da Segurança Social.

Bibliografia

- Aguado, T. et al. (2005). *Guía inter. Una guía práctica para aplicar la educación intercultural en la escuela*. Informe del proyecto europeo Sócrates, Unión Europea.
- Almeida, J. (2004). "Imigração e identidade nacional. Considerações sobre etnicidade, modernidade e ressentimento". In *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Recuperado em 1 de março de 2018, de https://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e47b9c412_1.pdf
- Araújo, E. (2011). "Introdução". In E. Araújo, A. Brandão (orgs.) *Intersecções Identitárias*. Famalicão: Húmus.
- Barreto, A. (2002). *Mudança social em Portugal, 1960/2000*. Working Papers WP 6-02, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Bauman, Z. (1998). *Globalization: The Human Consequences*. New York: Columbia University Press.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2003). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade*. Vozes: Petropolis.
- Castells, M. (2002). "O Paradigma da Tecnologia de Informação". In *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. I. A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 86-94.
- Castells, M. (2010). *The Power of Identity*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Costa, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de Globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (48) pp. 15-30.
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*. Oeiras: Celta.
- Cuche, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Deschamps, J. C. (1982). "Social identity and relations of power between groups". In H. Tajfel (Org.), *Social identity and intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 85-98.
- Dietz, G. (2009). Los actores indígenas ante la 'interculturalización' de la educación superior en México: ¿empoderamiento o neindigenismo? *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, 3 (2), pp. 55-75.
- Durán, J., Duque, E. (2017). "Culturas y generaciones. Actitudes y valores hacia la educación, el trabajo y el consumo en tres generaciones de jóvenes españoles", *Aposta. Revista de Ciências Sociais*, 72, pp. 129-165.



- Duque, E. (2012). Contributos para uma crítica da aceleração do tempo. In E. Araújo & E. Duque, (eds), *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Centro de Investigação em Ciências Sociais, pp. 117-127.
- Duque, E. (2013). Work Values in Portuguese Society and in Europe. In A. P. Marques; C. Gonçalves, & L. Veloso (coord.), *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*. Braga: Universidade do Minho, Secção Temática Trabalho, Organizações e Profissões, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Estanque, E. (1989). *Identidades culturais e práticas sociais na indústria do calçado*. Oficina do CES, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, nº 11, Junho.
- Estanque, E. (2000). *Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Editora Afrontamento.
- Gasché J. (2009). La motivación política de la educación intercultural indígena y sus exigencias pedagógicas. ¿ Hasta dónde abarca la interculturalidad. In J. Gasché, M. Bertely & R. Podestá (coords), *Educando en la Diversidad. Investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües*. Quito Ecuador: Abya-Yala, pp. 367-397.
- Geertz, C. (2005). *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa.
- Giddens, A. (1991). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Lisboa: Celta.
- Hall, S. (1992). The Question of Cultural Identity. In S. Hall, D. Held & T. McGrew, eds., *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press/Open University Press, pp. 273-316.
- Huntington, S. (1996). *The Clash of Civilizations*. New York: Simon & Schuster.
- Kant, E. (2002). *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão, Lisboa: Ed. 70.
- Lopes, E., Grilo, E. Marçal, Nazareth, J., Aguiar, J., Amaral Gomes, J. & Amaral. J. Pena, (1989). *Portugal, o Desafio dos Anos 90*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lipovetsky, G. (1983). *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Liotard, J. F. (1979). *La Condition postmoderne*. Paris: Minuit.
- Maalouf, A. (2009). *Um Mundo sem Regras. Quando as nossas Civilizações se esgotam*. Lisboa: Difel.
- Malgenisi, G. & Giménez C. (2000). *Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad*. Madrid: Los libros de la Catarata.
- Martins, M. (1990). O discurso da identidade e o modo de enunciar a periferia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, pp. 203-215.
- Martins, M., Cabecinhas, R, Macedo, L. & Macedo, I. (2014). *Interfaces da Lusofonia*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
- McCarthy, C. (1990). *Race and Curriculum – social inequality and the theories and politics of difference in contemporary research on schooling*. Londres: Falmer Press.
- Murteira, M. (2004). *O que é Economia do Conhecimento*. sl.: Quimera.
- Pais, J. M. (ed.) (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Queiroz, M. C. (2005). *Classes, Identidades e Transformações Sociais*. Porto: Campo das Letras.



- Ribeiro, R. (2011). Identidade europeia: nem unidade, nem diversidade. In E. Araújo & A. Brandão (orgs.) *Intersecções Identitárias*. Famalicão: Húmus.
- Ribeiro, R. (2011). *A Europa na Identidade Nacional*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*, 5, 1-2, pp. 31-52.
- Sheila, K. (2011). O 'Sul' mesmo aqui ao lado: Cartografias Identitárias Abissais do Pós-Colonialismo Português. In E. Araújo & A. Brandão (orgs.) *Intersecções Identitárias*. Famalicão: Húmus.
- Silva, A. S. (1996). Identidades sociais: continuidade e mudança. In *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. 1., pp. 31-36.
- Silva, M. C. (2009). *Classes Sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Touraine, A. (1990). A Critical View of Modernity. Comunicação apresentada no XII Congresso da Associação Internacional de Sociologia. Madrid, pp. 9- 13.
- Trimble, J. E. (2003). Introduction: Social change and acculturation. In K. M. Chun, P. B. Organista, & G. Marín (Eds.), *Acculturation: Advances in theory, measurement, and applied research* (pp. 3-13). Washington, DC: American Psychological Association.
- Verkuyten, M., & Martinovic, B. (2006). Understanding multicultural attitudes: The role of group status, identification, friendships, and justifying ideologies. *International Journal of Intercultural Relations*, 30, pp. 1-18.